

A importância dos PDV para a indústria do tabaco

Guilherme Eidt G. de Almeida
Coordenador de Advocacy
Aliança de Controle do Tabagismo

POR UM BRASIL MAIS SAUDÁVEL

PROPAGANDA DE CIGARROS



COLABORE COM

- DENUNCIE À V
- APOIE ESTA CA

Saiba com



Institucional

Tabagismo

Biblioteca

Comunicação

Contato

BUSCA



A Aliança de Controle do Tabagismo é uma organização não-governamental voltada à promoção de ações para a diminuição do impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco. É composta por representantes da sociedade civil comprometidos com o controle da epidemia tabagística.



FAÇA PARTE

Participe desta rede

NOSSOS ASSOCIADOS

WHO FRAMEWORK
CONVENTION ON
TOBACCO CONTROL



FCTC

WHO FRAMEWORK CONVENTION
ON TOBACCO CONTROL

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco

WHO FRAMEWORK
CONVENTION ON
TOBACCO CONTROL



Redução da Demanda:

- Exposição à fumaça ambiental do tabaco
- Conteúdo dos produtos
- Informações sobre os produtos
- Embalagem e etiquetagem
- Educação, comunicação, conscientização
- Publicidade, promoção e patrocínio
- Cessação do tabagismo
- Preços e impostos

Redução da Oferta:

- Comércio ilícito
- Venda a, ou comércio por menores
- Atividades alternativas ao cultivo do tabaco

...temos um inimigo, um inimigo cruel e desonesto



...o inimigo, a indústria do tabaco, mudou seu rosto e suas táticas. O lobo não está mais em pele de cordeiro, e seus dentes estão expostos.

...táticas destinadas a minar as campanhas antitabaco, e subverter a CQCT, já não são encobertas ou camufladas por uma imagem de responsabilidade social corporativa. Elas estão em aberto e são extremamente agressivas.

Dra. Margaret Chan
Director-General of WHO

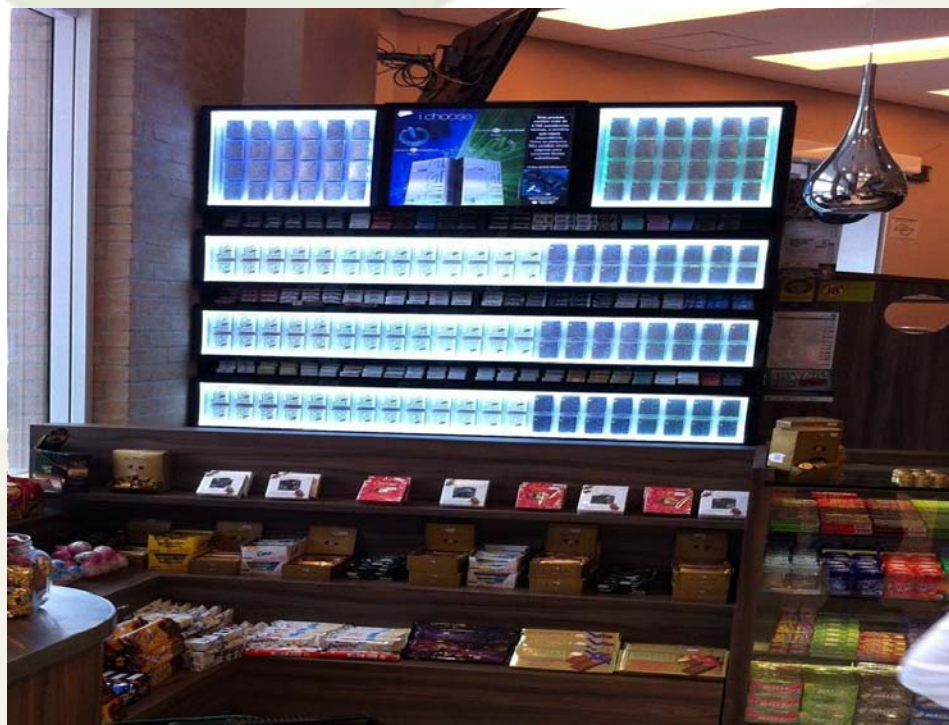
A restrição à propaganda de cigarros, a partir de 2000, resultou num aumento explosivo no número de pontos de venda e na sua sofisticação



A visão é responsável por 83% da percepção humana, e os nossos olhos praticamente "escaneiam" a 100 km/h as mercadorias e os materiais promocionais num PDV



PDV é a única "mídia" que reúne três elementos essenciais para uma compra: **consumidor + dinheiro + produto**. O índice brasileiro de decisão no PDV é o maior do mundo: 85% de todas as compras são resolvidas dentro dos pontos de venda, não planejadas anteriormente.



A Arte de Vender Tabaco



“O consumidor infantil é hiper vulnerável perante esta categoria, pela própria natureza infantil. É possível perceber a dilatação das pupilas infantis e a infalível atenção aos detalhes de embalagens, personagens e altos índices de memorização que podem causar uma impressão, talvez para sempre, de um produto bem posicionado gerando correlação positiva”.

Regina Blessa,
Publicitária especializada em merchandising

A visibilidade dos cigarros e do material promocional para crianças é mais acentuada nos estabelecimentos situados em áreas com IDH elevado, de grande porte e nas padarias em geral.

Ela também é mais acentuada nos estabelecimentos que possuem escola perto (85%, em comparação com 73% entre os que não possuem escolas nas proximidades).

Locais de venda



Embalagens e brindes



Na maioria dos estabelecimentos, 83% deles, os cigarros ficam próximos de balas, chocolates ou doces. Esse percentual atinge quase a totalidade, nas padarias, nos estabelecimentos de grande porte e nos situados em regiões de IDH muito elevado. Em 93% dos locais, os cigarros ficam próximos do caixa.

40% dos representantes dos estabelecimentos admitem receber algum incentivo dos fabricantes para a venda dos cigarros, mesmo patamar encontrado para refrigerantes e bem superior ao de chocolates, por exemplo, em torno de 17%.

Locais de venda



2/3 dos estabelecimentos pesquisados possuem material promocional de cigarros, em geral próximo à área de exposição do produto. Há destaque para a presença de material promocional entre as padarias, os estabelecimentos de médio e grande porte e os situados nas áreas de IDH muito elevado.

As bancas de jornais constituem também um segmento propício à propaganda de cigarros, e os fabricantes fazem um esforço nesse nicho. Nesse canal, há exposição de outros produtos derivados do tabaco e proximidade com outros produtos de interesse de crianças/ adolescentes.

Exposição das embalagens



Locais de venda



Locais de venda



Locais de venda



Locais de venda



CLICK HERE
TO CHANGE THE TASTE



LUCKY STRIKE **CLICK & ROLL**



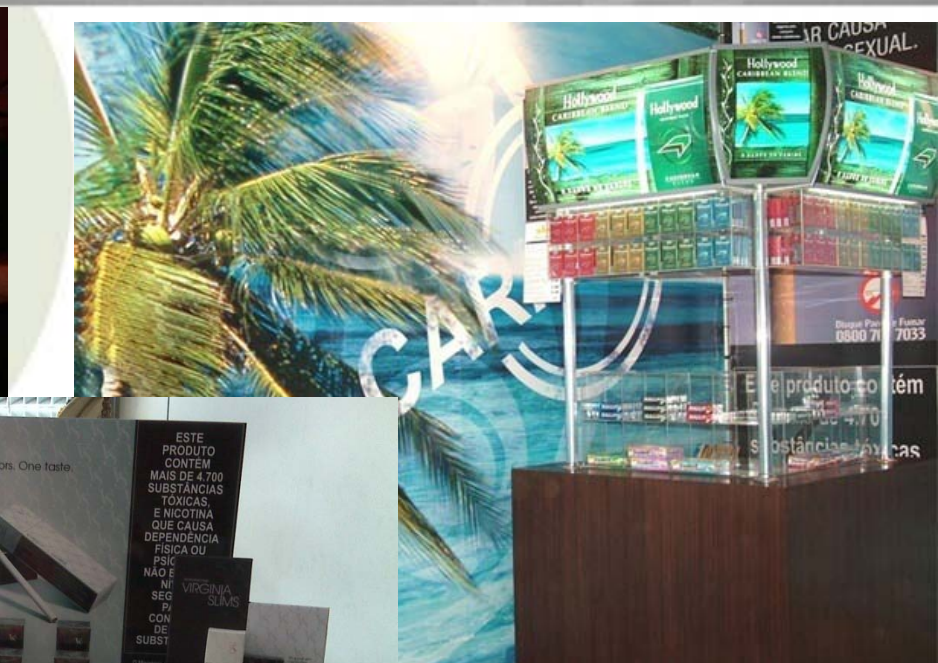
FUMAÇA TÓXICA

O Ministério da Saúde alerta:
Passiva e ativa, a fumaça do cigarro causa
problemas à saúde e ao ambiente.
PARA DE FUMAR
CIGARROS FAZEM
1000 A 10000

Este produto contém mais de 4.700 substâncias tóxicas, e nicotina que causa dependência física ou psíquica. Não existem níveis seguros para consumo destas substâncias.



Locais de venda - abuso



Abuso ou violação da lei





Embalagens + aditivos



Abuso ou violação da lei



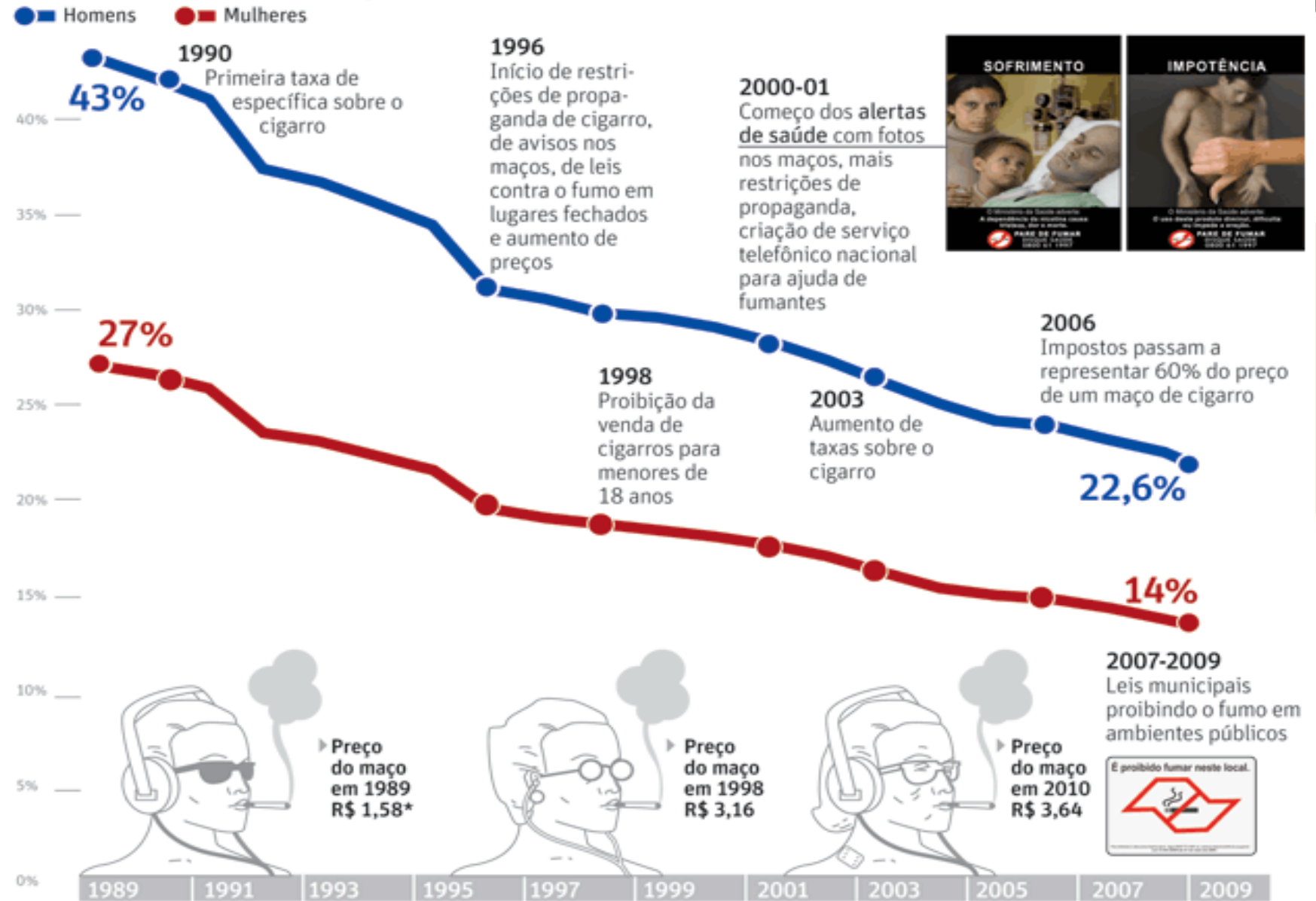
Tabagismo em números



- ✓ 1,3 bilhão de fumantes
- ✓ 25 milhões no Brasil
- ✓ 5,4 milhões de mortes anuais
- ✓ 130 mil mortes no Brasil
- ✓ R\$ 21 bilhões por ano com doenças
- ✓ 90% das pessoas começam a fumar antes dos 18 anos
- ✓ Aumento do consumo nos países com menor regulação
- ✓ Prevalência nos seguimentos menos favorecidos e com baixa escolaridade

CERCO AO CIGARRO Políticas do controle do tabagismo foram seguidas de redução do número de fumantes

Percentual de fumantes na população adulta no Brasil



* Preço médio estimado

- Reduzir a aceitação social do tabagismo, denormalizar o produto e a indústria do tabaco
 - Mostrar o verdadeiro papel da indústria como vetor de doenças responsável pelo desenvolvimento e perpetuação da epidemia do tabagismo
- Mostrar que tabagismo não é apenas um problema individual: afeta toda sociedade - envolvimento multissetorial para mudança de paradigmas
- Interferência da indústria do tabaco nas políticas de controle do tabagismo

Embalagens Genéricas





**POR QUE
A INDÚSTRIA
DO TABACO
PRECISA
DE LIMITE.**

A Lei 12.546/2011 ainda não foi regulamentada

A indústria do tabaco muda suas táticas conforme as circunstâncias, mas sua estratégia é única: manter o lucro de seus acionistas e vender cada vez mais cigarros, custe as mortes que custar

Grato!

<http://actbr.org.br>

guilherme.almeida@actbr.org.br

Importância crescente do Poder Judiciário para o controle do tabaco



Forte Investimento no Judiciário:

- Atuação contra políticas públicas eficazes
- Atuação para evitar responsabilização civil para reparar vítimas

Estratégias de incidência junto ao Judiciário:

- Contratação das grandes bancas nacionais de advogados
- Pareceristas renomados no cenário jurídico-político
- Construção de jurisprudência e doutrina
- Financiamento da modernização da Justiça
(Programa Justiça Sem Papel)
- Patrocínio de congressos jurídicos

Ações diretas de inconstitucionalidade (CNI e CNC) questionando:

- Restrição à publicidade
- Advertências sanitárias
- Leis estaduais de ambientes livres de fumo (leis antifumo)

Ações nos tribunais estaduais e federais questionando:

- Leis locais antifumo
- Advertências sanitárias
- Sanções de órgãos de defesa do consumidor e de vigilância sanitária por violação à legislação

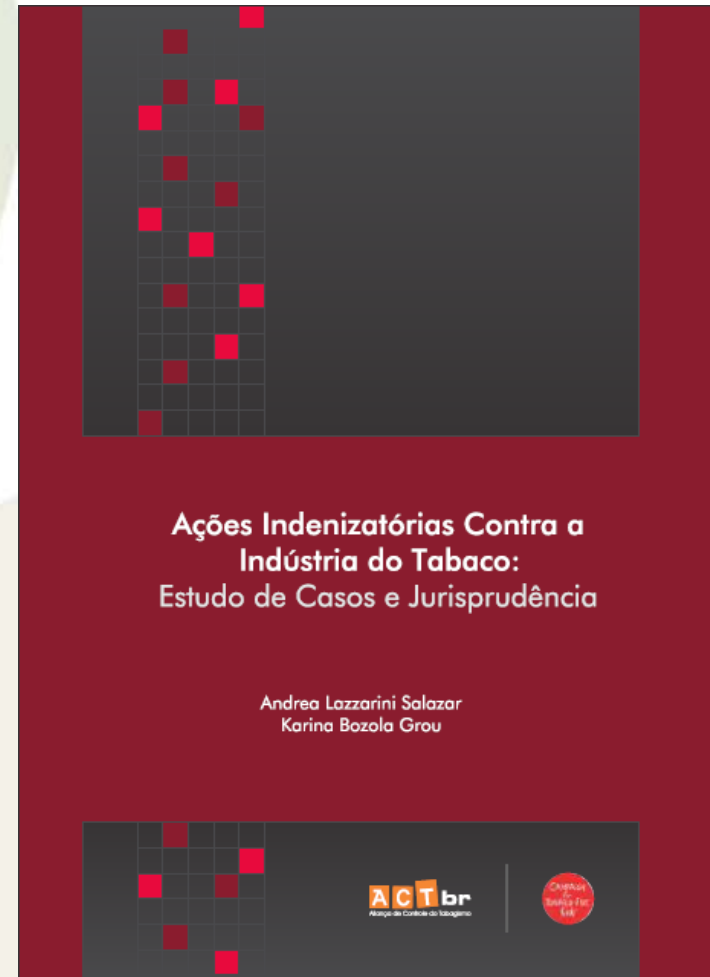


Maiores bancas brasileiras advogam para a indústria do tabaco



teses artificiais deslocam e distorcem questões relativas à responsabilidade civil

- *Atividade lícita da indústria do tabaco*
- *Livre arbítrio do autor para optar por fumar*
- *À época dos fatos não havia obrigação de informar sobre os malefícios do cigarro*
- *O tabaco é fonte de renda de tributos, ainda que em detrimento da saúde pública*
- *Os males do cigarro são há muito de conhecimento público*
- *O cigarro não causa dependência*



Patrocínio de eventos jurídicos

23 a 25 de Novembro de 2010
HOTEL CHARLESTON SANTA TERESA
Cartagena das Índias, Colômbia



gresso
mericano
eração Judicial

CONBRASCOM 2011



Programação do Seminário 2012

Quinta-feira, 3 de maio de 2012
Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

- 08:00 Recepção e credenciamento
- 09:00 Abertura
Governador Geraldo Alckmin
- 09:50 Coffee break

Panel 1

A lógica da expressão política, res individual
Mediação:

12:20 Intervalo p

14:00 **Panel 2**
Hierarquia e prioridade
Mediação:

16:00 Intervalo p

16:30 **Panel 3**
Tutela ant
diferenças
Mediação:

18:30 Coquetel à nova sede do IICS*

20:00 Fim do primeiro dia

Sexta-feira, 4 de maio de 2012

- 08:30 **Panel 4**
Direito de resposta: condições para a concessão legítima
Mediação: Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli
Gilberto Haddad Jabur
Rodrigo Xavier Leonardo



Apoio:



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Patrocínio:



ODEBRECHT

EDITORA RFP
REVISTA DOS TRIBUNAIS

ibe colombiano, será palco do já tradicional



as Responsabilidade socioambiental Videoteca 2008

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ceiras

Apoio Institucional



-congressoemfoco-

Ética, transparência e responsabilidade.

Estes são os principais ingredientes dos produtos Souza Cruz.

A Souza Cruz é líder da indústria brasileira de fumo e uma das mais conceituadas empresas da América Latina.

Para chegar aos 100 anos nessa posição, a Souza Cruz adotou a seguinte receita: atuar com máxima ética, total transparência e absoluto respeito ao consumidor e à legislação.

A Souza Cruz sempre se destacou por respeitar e até mesmo exceder as normas governamentais. Todas as informações relativas aos ingredientes utilizados pela Souza Cruz em seus produtos são submetidas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão vinculado ao Ministério da Saúde e responsável pela regulamentação e fiscalização dos produtos da indústria de fumo. São ingredientes aprovados pela legislação brasileira de alimentos.

Na embalagem de seus produtos, a Souza Cruz informa o telefone do serviço de atendimento ao cliente e o endereço da página da empresa na Internet. Através desses canais, qualquer pessoa tem acesso a todas as informações sobre os ingredientes adicionados ao tabaco de todas as marcas de cigarro da empresa, bem como à lista dos constituintes da fumaça.

Quaisquer dúvidas sobre esta ou outras questões relacionadas ao fumo são prontamente esclarecidas pela Souza Cruz nesses canais.

Além disso, a Souza Cruz adiciona aos seus produtos tecnologia de ponta, talentos humanos de alto nível e controles rigorosos. Em outras palavras, qualidade Souza Cruz.

A Souza Cruz fabrica produtos legais e aprovados pelos órgãos governamentais. E é justamente por ser uma empresa legal que a Souza Cruz é uma grande pagadora de impostos e geradora de empregos que beneficiam todo o país.

Quando uma empresa segue a receita da ética, transparência e responsabilidade, o resultado é sempre o mesmo: produtos de alta qualidade.

Isso não é segredo para ninguém.

Para conhecer melhor a Souza Cruz, seus produtos e ingredientes, entre em contato: 0800 888 2223 • www.souzacruz.com.br



Expressão da liberdade



O GLOBO Projetos de Marketing

QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2011

Liberdade em Debate

Democracia e Liberdade de Expressão

Seminário discute como o excesso de regulação pode afetar a livre expressão, a vida dos cidadãos e até a economia

1 | INFORME PUBLICITÁRIO | 23 / 03 / 2011

Liberdade em Debate

Democracia e Liberdade de Expressão

Síntese dos debates realizados no Seminário Liberdade em Debate - Democracia e Liberdade de Expressão, promovido pelo Instituto Millietum, no Rio de Janeiro, em 16 de março de 2011

Entre todos os valores que existem, um é inegociável:

Liberdade

A Souza Cruz acredita na liberdade de expressão, como fundamento essencial da livre-concorrência entre as empresas que trabalham com produtos legais, e na liberdade de seus consumidores adultos para fazer suas escolhas livremente. Uma grande empresa não é só medida por seus números, mas também por seus ideais. Valorizar e praticar princípios como livre-iniciativa, livre-concorrência, livre-arbitrário, livre-expressão é o que faz uma empresa ser grande. Não importa o tamanho que tenha. É nisso que acreditamos. É isso que fazemos há 107 anos.

SOUZA CRUZ

Estado para quê? Ou, para quem?

O ESTADO BABÁ

Como radicais, bons samaritanos,
moralistas e outros burocratas cabeças-
duras tentam infantilizar a sociedade



DAVID HARSANYI

L
LITTERIS
EDITORA

**L I B E R
D A D E
denis rosenfield
E S C O
L H A**


Casa da Palavra



TODA VEZ QUE
SE APERTA QUEM
ESTÁ DO LADO DA LEI,
A VIDA DE QUEM
ESTÁ FORA DELA
FICA MAIS FÁCIL.

O Brasil tem uma das mais abrangentes regulamentações sobre sigaritas no mundo. E como ela aperta, o mercado legal, que vive, não ganha um bom resultado para continuar lucrando próximo de quarenta milhões, sem investimentos de longo prazo, comprometendo a rigorosa legislação de

atenuação e abrindo brechas de lucros com seus preços artificialmente baixos. Sem contar que o Fico perde 2 bilhões em impostos todos os dias legal!



SOUZA CRUZ

QUANDO FALTA INFORMAÇÃO, SOBRA DÚVIDA PARA O CONSUMIDOR.

Com as exageradas restrições de comunicação impostas na consulta pública 117 da Anvisa, o consumidor deixará de ter acesso a várias informações relevantes sobre o produto que consome, e sua possibilidade de escolha ficará restringida. Quem ganha com isso? O mercado ilegal de cigarros, que não respeita leis, não gera empregos no país e, hoje, já deixa de recolher R\$ 2 bilhões de impostos por ano. **VOCÊ ACHA ISSO LEGAL?**



o 'Livro Verde' é uma obra do povo. Os lamentos são uma para o problema da

o devem ser privados de ninguém*

domésticos, sejam idosos ou não, nos da idade

ecologistas, a senstruada uma vez i ou menos, cimen, sendo um senstrua ou sofre todo*

NOVA YORK
1969, Muammar Ka-

dafi ainda idelatrava o arabiano o do egípcio Gamal Abdel Nasser, que influenciou toda uma geração de líderes árabes. Mas, no início dos anos 1970, o líder líbio criou regras econômicas, políticas e de condutas sociais para uma sociedade idealizada onde ele buscava ocupar todos os problemas, na suavidade, de democracia, de eco-

democracia", escreveu o líder líbio. Para Kadafi, os partidos políticos são "uma forma de corrupção de diademas". "Eles mesmos os plebiscitos corram com o

atrás dos negros trabalhar à a favor deles para obter uma superioridade numérica porque o país de vida mais baixo os impede de ter planejamento familiar".

Para começar, ele é contra o pagamento de salário e diz que cada pessoa é proprietária do que produz.



UMENTO
LEGALIDADE
QUEDA
NAS VENDAS

Quase 450 mil varejistas estão correndo o risco de ter o seu negócio fortemente afetado pelas propostas das consultas públicas 112 e 117 da Anvisa. Essas medidas propõem o banimento de ingredientes e da exposição dos produtos derivados de tabaco aos consumidores, o que irá facilitar o contrabando de produtos, que não respeita leis, não gera empregos no país e, hoje, já deixa de recolher R\$ 2 bilhões de impostos por ano. **Você acha isso legal?**



primeira A constata- o realizado previdência que anali- 1,3 milhã

anos - de 380 mil para 810 mil. Os homens, por sua vez, aumentaram a participação em 3% (de 553,8 mil para 738 mil) cruce o início de 2006 e o fim de 2010. Vera Rita de Mello Ferreira, Is-

vo das mulheres, o que torna investimentos de longo prazo e com baixo risco (como é o caso da previdência) mais atraentes para elas. "Mulheres são mais conservadoras por natureza. Is-

va do Imposto de Renda - nessa modalidade, o porcentual de IR que incide sobre o investimento cai no decorrer do tempo. "Quem opta pela regressiva tem a intenção de manter o investi-

planos de previdência cresceu 47% nos últimos cinco anos. Já os homens aumentaram a participação nesse tipo de plano num ritmo mais baixo, em 33%

gostam de arrojar", comenta. Ele completa: "Você não vê uma mulher operando, por exemplo, 10 vezes ao dia. Entre os homens isso é muito comum", detalha.

VIDAS

ão de le 11

owley Li- breruc- cionados, as sobre o impo- do.com.br.

recebi or refe- ito da mi- ra. Co- vial? dvocati- ra conta? mprei um curso- strel no lho com si nome- sso de- no meu

traze de- tráveis, in- Rendimen- Pessoas te acumula- lar". Verifi- si signifi- de Renda -juste va na fon- dativa na que você quantos da aposen- tate núme- o campo "e". Nas -ste anual



HOJE É O TABACO. AMANHÃ PODE SER VOCÊ.

RES

REPORTER



O vin que assenta o poder por mais tempo

Platônica por mais de um ano, 300 dias.

leja **Vote** **Opine**

MONIA **NOVA CONDIÇÃO**

Da escola de taipa em Minas ao império têxtil

Responsável por 20% do consumo nacional de algodão, Coteminas abastece Unidos, Europa e Mercosul

MAIS DE 350 MIL ASSINATURAS CONTRA O EXCESSO.



Sua foto remete como nunca a um momento de sua história

Grave de justiça

Assassinato de FIC

Assassinato de FIC

O candidato com as maiores chances de vitória

ab-asel

Associação Brasileira de Indústrias de Têxtil e Vestuário

Produtores de Tabaco na Linha de Frente

Segunda-feira, 14 de março de 2011

DIÁRIO DA MANHÃ

ANVISA

Produtores repudiam propostas para proibição da produção de fumo

A audiência pública para tratar das restrições à produção de tabaco no Brasil reuniu mais de três mil pessoas no Parque da Oktoberfest, em Santa Cruz do Sul. O encontro, que foi organizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Assembleia Legislativa, contou com a presença maciça de parlamentares e representantes de entidades ligadas ao setor fumageiro.

A Anvisa tem proposto duas consultas públicas, com base na Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS), para que seja banida a produção do fumo tipo burley, utilizado na fabricação de cigarros aromáticos. Além de restringir o uso de alguns aditivos na fabricação do cigarro, assim como a regulamentação das embalagens e pontos de venda.

Alceu Moreira já havia manifestado sua preocupação com as restrições propostas pela Anvisa, pois considera que “a medida pode dizimar economicamente milhares de pequenos produtores, que dependem do fumo para sobrevivência”. A cadeia do fumo envolve mais de 230 mil famílias na região Sul, o que representa 95% da produção nacional.

O deputado também lamentou a ausência do secretário estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Luiz Fernando Mainardi, e do governador do Estado, Tarso Genro, pois considera o assunto estratégico para a economia, merecendo maior atenção e, inclusive a articulação junto à presidência da República. O fumo é hoje o terceiro item na pauta de exportações gaúchas.

MOÇÃO - No fim do encontro foi apresentada uma moção em repúdio às restrições da Anvisa que será encaminhada ao governo federal. Ainda ficou decidida a criação de uma comissão dos representantes do setor para tratar do caso junto aos governos.

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).

10

Setor do tabaco mostra união em audiência pública

MOBILIZAÇÃO > LÍDERES ESTIVERAM EM BRÁSILIA

Michel e Michel
Nicolau e Nicolau com br

Toda a cadeia do produto produtivo no cenário em favor da manutenção da atividade fumageira. Produtores, entidades de representatividade, sindicatos e organizações públicas acompanharam em Brasília a audiência pública para discutir as medidas 112 e 117 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que desde o ano passado vêm preocupando o setor e os produtores do Sul do Brasil. O evento foi promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Desenvolvimento Rural, no Congresso Nacional.

O deputado também lamentou a ausência do secretário estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Luiz Fernando Mainardi, e do governador do Estado, Tarso Genro, pois considera o assunto estratégico para a economia, merecendo maior atenção e, inclusive a articulação junto à presidência da República. O fumo é hoje o terceiro item na pauta de exportações gaúchas.

MOÇÃO - No fim do encontro foi apresentada uma moção em repúdio às restrições da Anvisa que será encaminhada ao governo federal. Ainda ficou decidida a criação de uma comissão dos representantes do setor para tratar do caso junto aos governos.

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).

do setor do tabaco no Brasil, que não possui a indústria de produção para conter as restrições propostas. A audiência pública foi realizada em Brasília, no dia 10 de março, com a presença de mais de 3 mil produtores e representantes do setor. O encontro foi promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Desenvolvimento Rural, no Congresso Nacional.

O deputado também lamentou a ausência do secretário estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Luiz Fernando Mainardi, e do governador do Estado, Tarso Genro, pois considera o assunto estratégico para a economia, merecendo maior atenção e, inclusive a articulação junto à presidência da República. O fumo é hoje o terceiro item na pauta de exportações gaúchas.

MOÇÃO - No fim do encontro foi apresentada uma moção em repúdio às restrições da Anvisa que será encaminhada ao governo federal. Ainda ficou decidida a criação de uma comissão dos representantes do setor para tratar do caso junto aos governos.

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).

PRESEÇA - Também participaram da audiência os deputados estaduais Edson Brum (PMDB), Marcel Moraes (PTB), Lucas Redecker (PSDB), Pedro Pereira (PSDB), Zilá Breitenbach (PSDB), Adolfo Brito (PP) e Miki Breier (PSB), e os deputados federais Sérgio Moraes (PTB), Jerônimo Goergen (PP), Luiz Carlos Heinze (PP) e José Stédile (PSB).



Em Brasília, em 10 de março, produtores e representantes do setor se reuniram para discutir as medidas 112 e 117 da Anvisa.



Em Brasília, em 10 de março, produtores e representantes do setor se reuniram para discutir as medidas 112 e 117 da Anvisa.

Sinditabaco
Para os produtores do Sul do Brasil, a audiência pública em Brasília foi muito importante, pois contou com a participação de mais de 3 mil produtores e representantes do setor. O encontro foi promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Desenvolvimento Rural, no Congresso Nacional.

Paraná e Tarso
A Comissão de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Desenvolvimento Rural, no Congresso Nacional, realizou uma audiência pública em Brasília para discutir as medidas 112 e 117 da Anvisa. O encontro contou com a presença de mais de 3 mil produtores e representantes do setor. O encontro foi promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Desenvolvimento Rural, no Congresso Nacional.

Deputados gaúchos fazem defesa da atividade



Os deputados gaúchos defendem a atividade fumageira durante a audiência pública em Brasília.

Os deputados gaúchos defendem a atividade fumageira durante a audiência pública em Brasília. Eles afirmam que o fumo é uma atividade econômica importante para o Sul do Brasil e que as restrições propostas pela Anvisa podem causar danos econômicos graves ao setor. Os deputados pedem a manutenção da produção de fumo e a criação de uma comissão para tratar do caso junto aos governos.

Os deputados gaúchos defendem a atividade fumageira durante a audiência pública em Brasília. Eles afirmam que o fumo é uma atividade econômica importante para o Sul do Brasil e que as restrições propostas pela Anvisa podem causar danos econômicos graves ao setor. Os deputados pedem a manutenção da produção de fumo e a criação de uma comissão para tratar do caso junto aos governos.

Diversificação exige tempo, diz ministro
O ministro da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Luiz Fernando Mainardi, afirmou que a diversificação da produção de fumo no Brasil exige tempo e planejamento. Ele afirmou que o setor precisa se preparar para a possível implementação das restrições propostas pela Anvisa. O ministro pediu aos produtores que se preparem para o futuro e que busquem alternativas para a atividade fumageira.

Produtores de Tabaco na Linha de Frente

Estão acertando 185 mil fumicultores. E o crime organizado agradece.



O estatuto do mais de 185 mil fumicultores está sendo...
Entre outros objetivos, as modificações propostas visam a pro...
labem como a exposição do produto no ponto de venda...
oportunidade do crescimento da produção legal que não...
impostos e não gera empregos. Você concorda com isso?

FETAESC • FAESC • FETAG-RS • FA...



O FUTURO DO FUMICULTOR CORRE PERIGO.

Está aberta a Consulta Pública 112, que propõe o banimento de qualquer ingrediente dos produtos derivados do tabaco. Esse exagero de regulamentação pode causar uma queda no mercado legal de cigarros e um consequente aumento dos produtos de contrabando, que não seguem leis, não pagam impostos e não geram empregos no país. Não podemos deixar essa medida comprometer nosso sustento, nosso trabalho honesto, nosso futuro.

Essa consulta interessa a você. Manifeste sua opinião no site: portal.anvisa.gov.br



SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE.
EXERÇA SEU DIREITO.
MANIFESTE-SE

FETAESC, FAESC, FETAG-RS, FARSUL, FAEP, FETAEP e AFUBRA.

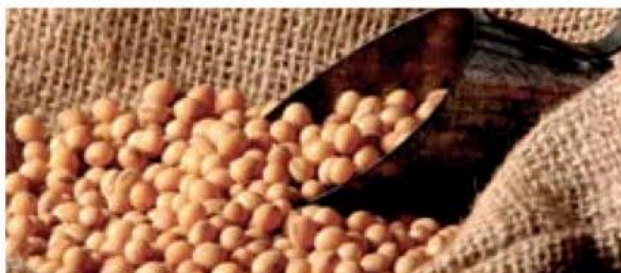
50.000

essa cidadania e entregar 150 mil...
insultas públicas 112 e 117...
mudanças arbitrárias na composição...
privados de tabaco. Interferências...
tentos de milhares de produtores...
va dos comerciantes e a liberdade...
res. Além disso, pode gerar aumento...
ego e a diminuição na arrecadação...
to de ser ouvidos e o dever...
ssas intervenções que representam...
lade e para a nossa democracia.

FAEP / FETAEP / AFUBRA

O inimigo mora ao lado

**Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja

Presidente:
Rui Ottoni Prado
Secretário-Executivo:
Fabrício Vieira Juntolli

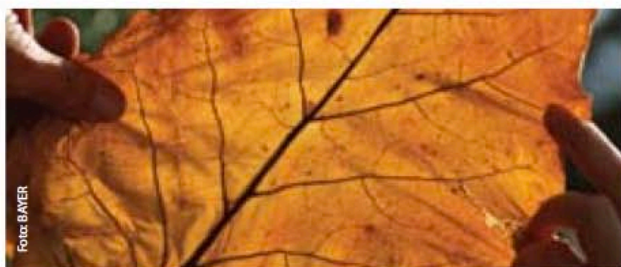


Foto: BAYER

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco

Presidente:
Romeu Schneider
Secretário-Executivo:
Manoel Galvão Jr.



Foto: Gazeta Santa Cruz

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Viticultura, Vinhos e Derivados

Presidente:
Hermes Zaneti
Secretário-Executivo:
Francisco Facundo

A Agenda do Tabaco

7. GOVERNANÇA DA CADEIA

Item de Agenda	Diretrizes	Ação Proposta	Coordenador
Convenção Quadro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer... 2. Go... 3. P... 4. Po... 18 	<p>Grupo de Trabalho SINDITABACO SUL, BA, SINDIFUMO RJ, SP, AFUBRA, SINTIFA, ABIFUMO, FAMURS, CNA, CNTA</p>	ABIFUMO
Mercado Ilegal	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover plano de ações contra a concorrência desleal de charutos e cigarrilhas contrabandeados e subfaturados, com adoção de canal vermelho na Alfândega 2. Buscar junto ao Governo federal... 3. Buscar... 4. Definir... 5. Definir... 6. Definir... 7. Apoiar... 8. Aproximar... 	<p>Grupo de Trabalho SINDITABACO SUL, BA, SINDIFUMO RJ, SP, AFUBRA, SINTIFA, ABIFUMO, FAMURS, CNA, CNTA</p>	SINDIFUMO SP

GT Ativo
Dar continuidade às ações em andamento

GT Ativo
Dar continuidade às ações em andamento

8. LEGISLAÇÃO

Item de Agenda	Diretrizes	Ação Proposta	Coordenador
<p>Legislação Tributária</p>	<p>1. Implementar estratégias de utilização dos Créditos das empresas para o processo de tributação das atividades. 2. Implementar a Lei de 30 de setembro de 2007, que altera o Regulamento do IPI - PL 6400. 3. Acompanhar a tramitação da Lei no Congresso de reforma tributária.</p>		
<p>Legislação Trabalhista</p>	<p>1. Apoiar todos os projetos que promovam a adequação da legislação trabalhista e a preservação dos direitos atuais dos trabalhadores. 2. Acompanhar a tramitação da NR31.</p>	<p>Solicitar as entidades contribuições para os 3 itens - Discutir em reunião de Câmara</p>	<p>CGAC</p>
<p>Legislação Ambiental</p>	<p>1. Acompanhar a tramitação da legislação do Código Florestal e adequá-las as especificidades do Setor.</p>		

**• Vamos avançar?
 • Formar GT para tratar do assunto?**

• Acompanhar a tramitação no Congresso Nacional



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Coordenação - Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco



br
o Tabagismo

Brasília, 27 de Janeiro de 2011

Posicionamento da Cadeia Produtiva do Tabaco sobre as Consultas Públicas nº 112 e 117 da Anvisa

As entidades integrantes da cadeia Produtiva do Tabaco no Brasil vêm manifestar sua mais séria preocupação com a possível proibição do uso de aditivos na fabricação de cigarros, bem como sobre as propostas de novas regras para as embalagens e materiais de propaganda dos produtos fumígenos derivados do tabaco restritos ao ponto de venda, conforme a **Consulta Pública nº 112, de 29 de novembro de 2010, e a Consulta Pública nº 117, de 27 de dezembro de 2010, publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.**

2. Se implantadas as respectivas resoluções da ANVISA, propostas nas referidas Consultas Públicas, serão gerados gravíssimos impactos sociais e econômicos sobre o mercado consumidor, bem como em toda a cadeia produtiva.
3. Como é de amplo conhecimento da sociedade brasileira, o Brasil é signatário da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Na quarta conferência das partes (COP 4), realizada no Uruguai entre 15 e 20 de novembro de 2010, foram discutidas as diretrizes para implementação dos artigos 9 e 10 da Convenção, que tratam da regulamentação da utilização de aditivos na fabricação de produtos de tabaco.
4. Intensas discussões e manifestações ocorreram no Uruguai a respeito dos sérios impactos econômicos e sociais das medidas propostas, pois eventual proibição do uso de aditivos na fabricação de cigarros inviabilizaria a fabricação do *American Blend*, cigarro que utiliza o tabaco burley e virgínia em sua mistura, como é o caso do Brasil e maior parte do mercado mundial.

**Posicionamento do setor de tabaco
sobre as Consultas Públicas
nº 112 e nº 117 da Agência Nacional
de Vigilância Sanitária**

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Tabaco/01_RE/App.pdf

Suposições e Fatos

- Não existem evidências de que a proibição do uso de ingredientes reduziria os riscos à saúde associados ao consumo de produtos de tabaco;
- Estudos comprovam que não há diferença relevante de consumo, incidência e mortalidade entre consumidores de cigarros com e sem flavorizantes.

		Blended (Áustria, Dinamarca, Alemanha e EUA)	Non blended (Austrália, Canadá e Reino Unido)
Prevalência de fumantes (%)	Homem	35,5	34,79
	Mulher	25,07	27,79
Cigarros por dia	Homem	19,75	20,72
	Mulher	15,61	17,02

Período analisado: 1971-2000

Fonte: Lee, et al. Does use of flu-cured rather than blended cigarettes affect international variation in mortality from lung cancer and DPOC Inhalation Toxicology, April 2009; 21(5):404-430

Retirado da Apresentação da Câmara Setorial do Tabaco à CONICQ em 23/06/2010



“O preço do cigarro no Brasil é um dos mais altos do mundo e, se analisado exclusivamente para a população de renda mais baixa, é o mais caro de todo o planeta”.



Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), analisando números de 22 países dos cinco continentes, indica que, na média, o brasileiro é, comparativamente, um dos povos que paga os preços mais altos por um maço de cigarros. Se os números relativos à população mais pobre forem analisados em separado, a conclusão é ainda mais clara: o Brasil é o campeão em preço alto no cigarro (*confira a metodologia da pesquisa na página ao lado*).

Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela ANVISA, dos Assuntos de que tratam as Consultas Públicas nº 112 e 117, de 2010



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

DIALOGO

№ 62 | 2011 | Ano VII | www.souzacruz.com.br



Em entrevista exclusiva à **DIÁLOGO**, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, traça como uma das suas principais metas coibir o comércio de produtos ilegais no País

Guerra ao comércio ilegal

ATIVIDADE ILÍCITA

Crime organizado domina contrabando na fronteira do Brasil com países vizinhos

SUSTENTABILIDADE

Plataforma de ações da Souza Cruz visa à conscientização da rede de varejo

ESPECIAL

Presidente da ABP, Cyd Alvarez critica restrições à publicidade e defende a autorregulamentação

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIAS INTENSIVAS EM MÃO DE OBRA E RECURSOS NATURAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGRONEGÓCIOS

Em 28 de março de 2011

Ao Senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Assunto: Processo nº 52001.000140/2011-32

1. Em atenção ao despacho datado de 24/03/2011 solicitamos que seja revisto o indeferimento na avaliação da conta de telefone celular em uso pela funcionária Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira, Coordenadora-Geral de Agronegócios.
2. A conta, que corresponde ao número 9975-6743, foi enviada por meio do Memorando Circular nº 023/2011/SPOA/CGRL/SETEL, de 02 de fevereiro de 2011. Nela aparecem ligações realizadas em viagem ao Uruguai, entre 14 e 19 de novembro, em que a Coordenadora participou como representante do MDIC na 4ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (COP4).
3. Vale ressaltar que o pedido Roaming flex foi solicitado visando atender a indústria do tabaco, impossibilitada de participar da referida reunião. A justificativa apresentada ao secretário da SDP era de que sua representante manteria os representantes do setor informados no decorrer da reunião.
4. As ligações em asteriscos se referem a número de celular da representante da Indústria de Tabaco (61-99686349); ela é Relações Governamentais da Souza Cruz e o nome, Ana Maria Carneiro. Outro número em que foi colocado asterisco é o do deputado Luiz Carlos Heinze (61- 99656593), também interessado nas discussões da reunião. As confirmações poderão ser obtidas nos números citados.
5. Por essa razão, pedimos a gentileza de incluir os valores das referidas ligações nos descontos da conta, revendo o valor a ser ressarcido.

Respeitosamente,


Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira
Coordenadora-Geral de Agronegócios

LOBBY NO CONGRESSO

Deputados federais financiados pelo setor de cigarros discutirão novas restrições ao consumo do produto. Doações do segmento para políticos aumentaram 577% nas eleições

Indústria do tabaco na Câmara

Declarar - Mais de 100 deputados federais votaram no primeiro semestre de 2013 em favor de uma nova legislação que restringe o consumo de cigarros. O projeto de lei (PL 111) foi aprovado em 12 de maio de 2013, com 213 votos a favor e 107 contrários. O projeto de lei (PL 111) prevê a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda e a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda. O projeto de lei (PL 111) também prevê a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda.



Foto: Paulo Camargos, deputado do PSB, em frente ao Congresso Nacional de Brasília

Em uma reunião, o setor tabacalheiro conseguiu evitar a votação do projeto de lei (PL 111) em 12 de maio de 2013. O projeto de lei (PL 111) prevê a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda e a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda.

QUEM RECEBEU

12 DEPUTADOS FEDERAIS RECEBERAM PARTES DE R\$ 50 MILHÕES EM DOAÇÕES PARA EMPREGOS DE SEUS INTERESSADOS QUANDO

Deputado	Emprego (R\$)	Valor total (R\$)	Deputado	Emprego (R\$)	Valor total (R\$)
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil
Paulo Camargos (PSB)	100 mil	100 mil	Marcelo Ramos (PSB)	10 mil	10 mil



Paulo Camargos (PSB) defende a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda.



Marcelo Ramos (PSB) defende a redução da quantidade de cigarros que podem ser vendidos em um ponto de venda.

E eles nem fumam

Os membros do lobby do tabaco não são apenas os produtores e comerciantes de cigarros. Eles também incluem políticos que recebem doações da indústria. O lobby do tabaco tem sido muito eficaz em influenciar a legislação e a política pública. O lobby do tabaco tem sido muito eficaz em influenciar a legislação e a política pública.

VALORES RECORDES

RECEBIMENTOS DE RUMO:
 - **Marcelo Ramos (PSB): R\$ 555 MIL**
 - **Paulo Camargos (PSB): R\$ 298,6 MIL**

RECEBIMENTOS DE CIGARROS:
 - **Paulo Camargos (PSB): R\$ 522,5 MIL**
 - **Marcelo Ramos (PSB): R\$ 100 MIL**

DIALOGO

Em entrevista exclusiva à DIALOGO, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, promete acelerar a votação de projetos de grande impacto popular e consolidar os caminhos para um diálogo construtivo entre os três Poderes

FGV PROJETOS
 Estudo indica prejuízos, desemprego e queda de arrecadação com eventual implantação de medidas propostas pela Anvisa

COMÉRCIO ILEGAL
 Brasil perde R\$ 2 bi em impostos com cigarros contrabandeados e prejuízo poderá aumentar

Espaço para o entendimento

Parece mentira, mas não é! O caso da MP 540/2011.

Parecer reformulado proferido em Plenário em 26/10/2011, às 20h15min



CÂMARA DOS DEPUTADOS

St. Lu

15

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2011

Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, com o objetivo de reintegrar valores referentes a custos tributários residuais existentes

MP que beneficiava indústria do tabaco foi negociada com Ministro da Saúde

ESTADÃO.COM.BR/Vida

MP em estudo favorece indústria do fumo

Emenda pode voltar a permitir o fumo em locais fechados e a adição de produtos para melhorar o sabor do tabaco

23 de setembro de 2011 | 1h 07

Está em discussão no governo a proposta de uma emenda à Medida Provisória 540 (que aumenta o IPI do cigarro) que beneficia a indústria do cigarro e impede a completa adoção de três importantes formas de combate à política antitabagista em discussão no País: o fim dos fumódromos, o fim da adição de produtos ao tabaco e alterações nos maços do cigarro.

→ O texto, negociado com a benção do próprio Ministério da Saúde, foi enviado esta semana para análise do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Agricultura.

As medidas serviriam como uma espécie de compensação para a indústria do tabaco que, a partir do próximo ano, terá maior carga de impostos para seus produtos. Todas as propostas substituem, numa versão bem mais branda, medidas atualmente discutidas sobre os mesmos temas: duas consultas públicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e um projeto de lei, cuja tramitação há tempos se arrasta no Congresso.

O golpe mais evidente é a proposta da proibição nacional de fumódromos. O texto prevê a criação desses estabelecimentos, mas abre uma perigosa brecha: a instalação de casas em que cigarros e charutos são permitidos. Para isso, só é preciso que haja um aviso de que no lugar o fumo é permitido, assim como a proibição da entrada de menores de 18 anos.

Além disso, o texto, se aprovado, substitui duas consultas públicas que estão em curso da Anvisa. Uma delas proíbe a adição de qualquer produto ao tabaco, como açúcar ou chocolate. Outra determina que maços de cigarro devam apresentar, em uma das faces,

Conhecidos de longa data...

“Doutor na arte de conciliar”



ESTADÃO.COM.BR/Vida

Ministro da Saúde recua e se diz contra restaurante para fumante

Emenda à MP 540 libera estabelecimentos para fumantes, mas críticas fazem Padilha retirar apoio

29 de setembro de 2011 | 1h 05

BRASÍLIA - Criticado por integrantes da Fazenda, da Casa Civil e do movimento antitabagista, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, recuou e afirmou na quarta que a equipe técnica da pasta dará parecer contrário à criação de restaurantes exclusivos para fumantes. A proposta faz parte de uma emenda à MP 540, que está em análise desde a semana passada pelo governo e, como revelou o Estado, havia recebido nos bastidores o aval do ministério.



Tasso Marcelo/AE - 10/8/2011

Alexandre Padilha volta atrás e agora diz que é contra restaurante para fumantes

Diante da repercussão negativa e da dissonância com colegas de governo, o ministro, que iniciara a discussão pela flexibilização na Esplanada, afirmou ser contrário à liberação do fumo em ambientes fechados - mesmo em estabelecimentos

criados exclusivamente para fumantes.

Padilha também disse não aprovar outras duas sugestões contidas na emenda: uma sobre adição de mentol ao tabaco e outra sobre mudanças nas regras das embalagens dos cigarros.

Proposta em agosto, a MP 540 traz em seu texto original o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos cigarros, medida considerada essencial pelo governo para engordar a arrecadação. Como forma de compensação, uma emenda de autoria do deputado Renato Moling (PP-RS) propôs medidas mais brandas que aquelas em discussão no Congresso e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

NOTA TÉCNICA CONJUNTA N° 03 /2011/SVS/INCA/ANVISA/CO

Interessado: Ministro da Saúde

Assunto: Análise da Proposta de emenda ao art. 22 da Medida Provisória n° 540/2011 n° 9.294/96.

1. A presente nota tem por objetivo analisar a proposta de emenda ao Provisória n° 540/2011, que altera a Lei n° 9.294/96, implementando adicional abrangentes restrições ao consumo de produtos derivados do tabaco, bem com comercial e composição.
2. A União tem competência para legislar sobre os assuntos em tela, propaganda, com base no art. 220, § 4°, da CF, como sobre a proibição em locais na competência concorrente para legislar sobre defesa da saúde, prevista no inc CF. Nesse caso, compete à União estabelecer normas gerais, cabendo aos es suplementar a lei federal.
3. A emenda ora analisada, proposta pelo Relator da MP 540, vem obrigações assumidas pela República Federativa do Brasil junto à comunidade da ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), d substancial, "proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras cons sociais, ambientais e econômicas, geradas pelo consumo e pela exposição à fuma
4. As medidas propostas no texto representam avanços significativos na eliminar a propaganda de cigarros definitivamente e vedar o hábito de fuma coletivos.
5. Entende-se que tais medidas tomaram-se essenciais para uniformizar, conformidade com a Constituição brasileira, as normas de implementação d afastando quaisquer discussões sobre a competência legislativa para a concretiza
6. A uniformização do tema mediante lei federal também tem a vantag discussões relativas à competência da Agência Nacional de Vigilância Sanit regulamentar o assunto.
7. A emenda apresenta relevantes evoluções com relação à regulação vigor, ampliando a vedação de fumo em ambientes coletivos fechados e as r comerciais desses produtos, bem como criando restrições à utilização de det composição dos cigarros produzidos no Brasil.

forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada 5 (cinco) meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em 10% (dez por cento) da área total do respectivo pôster, painel ou cartaz. (NR)

§ 5° Nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2° deste artigo serão seqüencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada 5 (cinco) meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em 100% (cem por cento) de sua face posterior e de uma de suas laterais. (NR)

§ 6° Após 48 (quarenta e oito) meses da entrada em vigor desta lei, além das cláusulas de advertência mencionadas no § 5° deste artigo, nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor também poderá ser impresso um texto de advertência adicional ocupando 30% (trinta por cento) de sua face frontal.

§ 7° As restrições estabelecidas neste artigo não se estendem à divulgação institucional dos fabricantes, assim compreendida qualquer modalidade de informação ou comunicação que não se refira ao produto em si, mas sim à empresa ou instituição, visando à disseminação de sua marca e imagem e não à promoção de seus produtos."

"Art. 3°-A Quanto aos produtos referidos no art. 2° desta lei, são proibidas:

IV - a realização de visita promocional, a redução temporária de preços em caráter promocional, bem como a distribuição gratuita em local público; (NR)

V - a vinculação da venda associada à aquisição de outros produtos ou serviços de qualquer natureza.

Art. 3°-B Fica proibida a comercialização, em todo o território nacional, de cigarros, cigarrilhas, charutos, fumos para cachimbo ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que contenham aditivos que lhes conferem um sabor característico natural ou artificial, exceto tabaco ou mentol, tais como morango, uva, laranja, cravo, canela, abacaxi, baunilha, coco, alcaçuz, cacau, chocolate, cereja ou café, assim considerados aqueles sabores que se sobressaiam e sejam claramente identificáveis pelos consumidores.

Cláudio Maierovitch Pessanha
Henriques
Secretário Substituto
Secretaria de Vigilância em
Saúde

Luiz Antonio Santini
Diretor Geral
Instituto Nacional de
Câncer

Dirceu Brás Aparecido Barbano
Diretor-Presidente
Agência Nacional de
Vigilância Sanitária

Jean Keiji Uema
Consultor Jurídico
CONIUR/MS

Aprovo a nota técnica.

Em _____

Alexandre Rocha Santos Padilha
Ministro da Saúde

Art. 49. Os arts. 2º, 3º e 3º-A da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.

.....
§ 3º *Considera-se recinto coletivo o local fechado, de acesso público, destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas.*

→ § 4º *São excluídos do conceito de recinto coletivo os locais abertos ou ao ar livre, assim considerados aqueles ambientes onde haja circulação natural do ar, como varandas, terraços e similares, ainda que cobertos.*

→ § 5º *Fica facultada a constituição de estabelecimentos comerciais destinados exclusivamente ao público fumante, dentro dos quais será permitido o uso de produtos fumígenos, observadas as seguintes condições:*

1 – A entrada no estabelecimento apenas será franqueada a maiores de 18 (dezoito) anos.

